

**Duke Energy International,  
Geração Paranapanema S.A.**  
Informações trimestrais (ITR) em  
30 de setembro de 2011  
e relatório de revisão dos auditores  
independentes

## Sumário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	16
1. INFORMAÇÕES GERAIS	16
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR	16
3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	16
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
6. CLIENTES	17
7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	18
8. DEPÓSITOS JUDICIAIS	19
9. ATIVO IMOBILIZADO	20
10. INTANGÍVEL	22
11. FORNECEDORES E ENCARGOS DE USO DA REDE – TUSD-G	23
12. PARTES RELACIONADAS	23
12.1. Transações e saldos	23
12.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração	24
13. DEBÊNTURES	24
14. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA	25
15. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	25
16. CONTINGÊNCIAS LÍQUIDAS	25
16.1. Trabalhistas	26
16.2. Fiscais	26
16.3. Ambientais	26
17. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	27
18. ENCARGOS SETORIAIS	27
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
19.1. Capital Social	27
19.2. Reservas de Capital	28
19.3. Reservas de Lucros	28
19.4. Dividendos	28
19.5. Pagamento baseado em ações	29
19.6. Lucros Acumulados	30
20. RECEITA BRUTA	30
21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE	30
21.1. Energia Elétrica Vendida	30
21.2. Energia Elétrica Comprada para Revenda	31
21.3. Encargos de Uso da Rede	31
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	32
23. RESULTADO FINANCEIRO	32
24. LUCRO POR AÇÃO	32
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	33
26. SEGUROS	34
27. EVENTOS SUBSEQUENTES	34
27.1. Dividendos	34
27.2. Terrenos em Pederneiras	34
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	35

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos Administradores e Acionistas  
Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.

#### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, bem como das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais – ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai  
Contador CRC 1SP165875/O6

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	225.297	495.772
Clientes	6	102.249	96.430
Tributos a recuperar	7	4.359	7.797
Serviços em curso		3.930	3.724
Despesas antecipadas		1.064	346
Devedores diversos		1.232	260
Partes relacionadas	12.1	317	218
Outros ativos		71	84
		<b>338.519</b>	<b>604.631</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Tributos a recuperar	7	398	436
Depósitos judiciais	8	10.611	4.898
Fundos vinculados		407	373
Despesas antecipadas		4.449	4.646
		<b>15.865</b>	<b>10.353</b>
Investimentos		26	26
Imobilizado	9	4.059.445	4.219.836
Intangível	10	38.395	40.678
		<b>4.113.731</b>	<b>4.270.893</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.452.250</b>	<b>4.875.524</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/09/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	11.964	11.072
Encargos de uso da rede - TUSD-g	11	18.908	23.353
Salários e encargos sociais		7.162	9.758
Debêntures	13	71.400	91.082
Impostos, taxas e contribuições	7	22.112	16.269
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.4	773	136.419
Obrigações estimadas		7.080	7.276
Cibacap	14	3.983	4.718
Encargos setoriais	18	14.619	15.558
Outros passivos		233	1.558
		<b>158.234</b>	<b>317.063</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	13	711.840	746.104
Encargos de uso da rede - TUSD-g	11	-	22.617
Obrigações especiais	17	7.073	6.646
Contingências líquidas	16	17.468	8.128
Cibacap	14	8.156	9.398
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	474.758	500.585
Encargos setoriais	18	13.305	10.852
Outros passivos		325	324
		<b>1.232.925</b>	<b>1.304.654</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19	1.639.138	1.999.138
Reservas de capital	19.2	99.330	99.133
Reserva de lucros	19.3	57.800	63.401
Lucros acumulados	19.6	230.210	-
Ajustes de avaliação patrimonial		1.034.613	1.092.135
		<b>3.061.091</b>	<b>3.253.807</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.452.250</b>	<b>4.875.524</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Receita líquida</b>	20	<b>701.342</b>	<b>636.517</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Pessoal		(40.571)	(41.820)
Material		(2.638)	(2.536)
Serviços de terceiros		(25.139)	(23.748)
Taxa de fiscalização da Aneel		(3.223)	(3.038)
Energia comprada para revenda	21.2	(1.257)	(4.002)
Encargos de uso da rede elétrica	21.3	(56.995)	(56.128)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(38.500)	(43.740)
Depreciação e amortização		(173.106)	(176.422)
Provisão para contingências		(10.216)	(367)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(2.907)	(6.155)
Arrendamentos e Aluguéis		(2.397)	(2.198)
Seguros		(1.927)	(2.348)
Outras		(6.421)	(7.009)
		<b>(365.297)</b>	<b>(369.511)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>336.045</b>	<b>267.006</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas	23	30.421	36.690
Despesas	23	(101.571)	(108.518)
		<b>(71.150)</b>	<b>(71.828)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>264.895</b>	<b>195.178</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	7.b	(114.404)	(90.432)
Diferido	7.b	24.593	25.098
<b>Lucro do exercício</b>		<b>175.084</b>	<b>129.844</b>
<b>Atribuível a</b>			
Acionistas controladores	19.1	165.980	123.064
Acionistas não controladores	19.1	9.104	6.780

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>175.084</b>	<b>129.844</b>
Ganhos/(perdas) atuariais com plano de pensão benefício definido	(3.630)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos/(perdas) atuariais	1.234	-
	<u>(2.396)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b><u>172.688</u></b>	<b><u>129.844</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO**  
**PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Em milhares de reais)

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital Social	Capital	Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.999.138</b>	<b>99.133</b>	<b>63.401</b>	-	<b>1.092.135</b>	<b>3.253.807</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	175.084	-	175.084
Destinações:						
Redução de capital	(360.000)					(360.000)
Outras Reservas			(5.601)			(5.601)
Pagamento baseado em ações	-	197	-		-	197
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	83.525	(83.525)	-
Plano de pensão e aposentadoria	-	-	-	-	(3.630)	(3.630)
Imposto diferido sobre avaliação patrimonial	-	-	-	(28.399)	28.399	-
Imposto diferido sobre plano de pensão	-	-	-	-	1.234	1.234
<b>Saldos em 30 de setembro de 2011</b>	<b>1.639.138</b>	<b>99.330</b>	<b>57.800</b>	<b>230.210</b>	<b>1.034.613</b>	<b>3.061.091</b>

	Reservas			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital Social	Capital	Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.999.138</b>	<b>98.763</b>	<b>54.376</b>	<b>(1.806)</b>	<b>1.168.895</b>	<b>3.319.366</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	129.844	-	129.844
Destinações:						
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	86.045	(86.045)	-
Plano de pensão e aposentadoria	-	-	-	2.215	-	2.215
Imposto diferido sobre avaliação patrimonial	-	-	-	(29.254)	29.254	-
Outros					1	1
<b>Saldos em 30 de setembro de 2010</b>	<b>1.999.138</b>	<b>98.763</b>	<b>54.376</b>	<b>187.044</b>	<b>1.112.105</b>	<b>3.451.426</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do período	175.084	129.844
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação e amortização	173.106	176.422
Baixas do ativo imobilizado / intangível	1.268	2.776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.907	6.155
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	65.777	65.170
Variação monetária empréstimos e financiamentos	26.794	36.054
Pagamento baseado em ações	197	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Clientes	(8.726)	(3.928)
Devedores diversos	(972)	(756)
Partes relacionadas	(99)	(28)
Depósitos judiciais	(5.712)	(1.107)
Serviços em curso	(207)	(566)
Fundos vinculados	(34)	(32)
Despesas antecipadas	(522)	(652)
Fornecedores	(26.170)	(22.417)
Salários e encargos sociais	(2.596)	(1.614)
Impostos, taxas e contribuições	80.697	60.823
Obrigações estimadas	(196)	476
Cibacap	(1.976)	(1.895)
Contingências Líquidas	9.340	(1.208)
Outras variações ativas e passivas	(1.712)	(2.151)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>486.248</b>	<b>441.366</b>
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(84.078)	(67.246)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(97.204)	(84.849)
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>304.966</b>	<b>289.271</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições no ativo imobilizado	(10.989)	(4.607)
Adições no ativo intangível	(764)	(392)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(11.753)</b>	<b>(4.999)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos e debêntures	(62.440)	(82.422)
Dividendos	(141.248)	(101.775)
Redução de capital	(360.000)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(563.688)</b>	<b>(184.197)</b>
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(270.475)</b>	<b>100.075</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	495.772	377.223
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	225.297	477.298

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Geração do Valor Adicionado</b>		
Receita de vendas	779.593	712.518
Outras receitas	35	35
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.907)	(6.155)
Outros operacionais	(924)	(2.389)
	<b>775.797</b>	<b>704.009</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais e serviços de terceiros	(27.777)	(26.284)
Energia comprada e encargos de uso da rede	(58.252)	(60.130)
Outros custos operacionais	(16.560)	(6.527)
	<b>(102.589)</b>	<b>(92.941)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>673.208</b>	<b>611.068</b>
Depreciação e amortização	(173.106)	(176.422)
Ajustes de avaliação patrimonial	55.126	57.198
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>	<b>555.228</b>	<b>491.844</b>
Receitas financeiras	30.421	36.690
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>585.649</b>	<b>528.534</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Salários e encargos	22.705	22.913
Plano de pensão e aposentadoria	576	532
FGTS	2.026	3.463
Outros	10.610	10.596
	<b>35.917</b>	<b>37.504</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	208.915	179.606
Estaduais	6.638	13.665
	<b>215.553</b>	<b>193.271</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Despesas financeiras	101.571	108.518
Aluguéis	2.397	2.198
	<b>103.968</b>	<b>110.716</b>
<b>Outros</b>		
Lucros retidos	230.211	187.043
	<b>230.211</b>	<b>187.043</b>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>585.649</b>	<b>528.534</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Principais indicadores

	3T2011	3T2010	% Variação
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	267.575	247.154	8,3
(-) Deduções à receita operacional	(25.774)	(26.395)	-2,4
Receita operacional líquida	241.801	220.759	9,5
(-) Despesas operacionais	(128.773)	(118.995)	8,2
Resultado do serviço	113.028	101.764	11,1
Ebitda	170.715	160.538	6,3
Margem Ebitda - %	70,6%	72,7%	-
Resultado financeiro	(18.461)	(16.702)	10,5
Resultado Operacional	94.567	85.062	11,2
Lucro líquido do período	61.723	57.147	8,0
Margem líquida - %	25,5%	25,9%	-
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativos totais	4.452.250	4.989.899	-10,8
Dividas em moeda nacional	783.240	797.504	-1,8
Patrimônio líquido	3.061.091	3.451.426	-11,3
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	653,62	605,16	8,0

### Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou crescimento de R\$ 20.421 ou 8,3% de acréscimo em comparação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, os melhores preços nos contratos bilaterais e leilões, em contrapartida, houve menores vendas no mercado MRE e menores preços no mercado Spot no período.

### Deduções à Receita Operacional

As deduções à receita operacional apresentaram redução de R\$ 621 ou -2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, pela redução do ICMS em decorrência da diminuição de vendas dentro do Estado de São Paulo no período.

### Receita Operacional Líquida

Em função dos fatores descritos acima, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 241.801 no período, 9,5% superior ao mesmo período do ano anterior.

## Despesas Operacionais

	3T2011	3T2010	% Variação
Pessoal	(14.281)	(15.980)	-10,6
Material	(1.055)	(598)	76,4
Serviços de terceiros	(8.829)	(8.536)	3,4
Taxa de fiscalização da Aneel	(1.074)	(1.012)	6,1
Energia comprada para revenda	(301)	(3.671)	-91,8
Encargos de uso da rede elétrica	(20.706)	(18.123)	14,3
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(13.258)	(13.259)	0,0
Depreciação e amortização	(57.687)	(58.774)	-1,8
Provisão para contingências	(7.431)	4.469	-266,3
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(44)	678	-106,5
Aluguéis	(830)	(691)	20,1
Seguros	(643)	(773)	-16,8
Outras receitas/despesas operacionais	(2.634)	(2.725)	-3,3
	<b>(128.773)</b>	<b>(118.995)</b>	<b>8,2</b>

As despesas operacionais totalizaram R\$ 128.773 no período, 8,2% superior aos R\$ 118.995 registrados no mesmo período do ano anterior.

Listamos a seguir os principais fatores que impactaram nas despesas operacionais:

- Provisão para contingências – O acréscimo de R\$ 11.900, superior 266,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente, pela constituição de provisão para contingências fiscais no trimestre, no montante de R\$ 7.096, referente processo administrativo que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de Cofins do ano de 2004. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal. Adicionalmente, no mesmo período do ano anterior, houve reversão de contingências ambientais no montante de R\$ 5.401.
- Energia elétrica comprada para revenda – A redução de R\$ 3.370 ou 91,8% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior deve-se, principalmente, pelo menor volume de compra no mercado Spot, devido ao menor despacho das térmicas no período frente ao ano anterior.
- Encargos de uso da rede elétrica – O aumento em R\$ 2.583 no período, ou 14,3% superior ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa Tust no trimestre de acordo com Resolução Aneel nº 1.173/11 compensado parcialmente pela redução da potência instalada conforme aditivo de contrato de concessão. Adicionalmente, houve aumento na tarifa TUSD-g no período.
- Material – O acréscimo de R\$ 457 no período, ou 76,4% superior ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, ao aumento em despesas com materiais para manutenção em decorrência de cronograma de execução.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa – A variação de R\$ 722, ou 106,5% com relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, à reversão da provisão em decorrência da redução da participação da Companhia no rateio da inadimplência no mercado na CCEE ocorrida em 2010.

## Ebitda e Margem Ebitda

	3T2011	3T2010	% Variação
Lucro líquido	61.723	57.147	8,0
Imposto de renda e contribuição social	32.844	27.915	17,7
Resultado financeiro (líquido)	18.461	16.702	10,5
Depreciação e amortização	57.687	58.774	-1,8
<b>Ebitda (R\$ mil)</b>	<b>170.715</b>	<b>160.538</b>	<b>6,3</b>
<i>Margem líquida</i>	<i>70,6%</i>	<i>72,7%</i>	

O Ebtida (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebtida é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2008. O Ebtida não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o Ebtida fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Ao fazer tais comparações, entretanto, deve-se ter em mente que o Ebtida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e que pode ser calculado de forma diferente por diferentes companhias.

O Ebtida da Companhia apresentou aumento de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente, em decorrência do aumento na receita operacional líquida no período.

## Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentado no período representou despesa de R\$ 18.461, com aumento de 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

	3T2011	3T2010	% Variação
Receitas financeiras	10.279	15.962	-35,6
Despesas Financeiras	(28.740)	(32.664)	-12,0
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(18.461)</b>	<b>(16.702)</b>	<b>10,5</b>

O resultado financeiro líquido variou R\$ 1.759, representando aumento de 10,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. As receitas financeiras diminuíram 35,6%, em decorrência, principalmente, ao menor volume concentrado nas aplicações financeiras devido à redução de capital ocorrida em janeiro de 2011; enquanto as despesas financeiras apresentaram queda de 12% devido, especialmente ao menor custo da dívida em decorrência do menor IGPM, que para o terceiro trimestre de 2011 foi de 0,97%, enquanto para o mesmo período do ano anterior foi de 2,09%.

## Empréstimos e financiamentos e debêntures

O montante de empréstimos e financiamentos da Companhia totalizou no período R\$ 783.240, inferior em 1,8%, em comparação aos R\$ 797.504 no mesmo período do ano anterior, decorrente de pagamento de parcela de principal e juros no período compensado parcialmente por reajuste pelos índices de correção da dívida.

### Dívida Líquida

A dívida líquida, representada pelos empréstimos e financiamentos e debêntures deduzidos os recursos de caixa e equivalentes de caixa, totalizou R\$ 557.943, 74,2% superior aos R\$ 320.206 no mesmo período no ano anterior decorrente da redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 360.000, efetivada em janeiro de 2011.

	<b>3T2011</b>	<b>3T2010</b>	<b>% Variação</b>
Debêntures	783.240	797.504	-1,8
Caixa	(225.297)	(477.298)	-52,8
<b>Dívida Líquida</b>	<b>557.943</b>	<b>320.206</b>	<b>74,2</b>

### Lucro Líquido

Em função dos itens supra mencionados, a Companhia registrou no período lucro líquido de R\$ 61.723, resultado superior em 8% aos R\$ 57.147 registrados no mesmo período do ano anterior.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 30 DE SETEMBRO DE 2011**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME.

A capacidade instalada da Companhia é de 2.241 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: UHE Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

A emissão destas Informações Trimestrais – ITR foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 04 de novembro de 2011.

### **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR**

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.17 daquelas demonstrações financeiras.

### **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas 3.1 e 3.2.

### **4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Não houve alteração nos fatores de risco financeiro e na política de Gestão desses riscos no terceiro trimestre de 2011 com relação ao descrito nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado nas respectivas Notas 4.1 a 4.3.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Caixa e bancos</b>		
Moeda nacional	830	836
Moeda estrangeira	-	128
<b>Aplicações financeiras</b>		
Moeda nacional		
Certificado de depósito bancário - CDB	219.722	435.655
Fundo Renda Fixa	4.745	-
Fundo de investimento exclusivo		
Renda fixa	-	58.035
Renda variável	-	1.177
Outros valores a (pagar) / receber	-	(59)
	<u><b>225.297</b></u>	<u><b>495.772</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 6. CLIENTES

	<u>30/09/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Clientes de contratos bilaterais	64.846	-	52.894	-
Clientes de leilão	42.003	-	42.248	-
Energia de curto prazo (MRE/Spot)	5.933	-	8.931	-
Recomposição tarifária extraordinária - RTE	-	-	-	1.653
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.533)	-	(7.643)	(1.653)
	<u><b>102.249</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>96.430</b></u>	<u><b>-</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/09/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>ATIVO</b>				
IRPJ e CSLL a recuperar	4.012	-	7.066	-
PIS e COFINS a recuperar	240	-	260	-
ICMS a recuperar	47	398	411	436
ISS	21	-	21	-
INSS	39	-	39	-
	<b>4.359</b>	<b>398</b>	<b>7.797</b>	<b>436</b>
<b>PASSIVO</b>				
IRPJ e CSLL	13.982	-	5.693	-
PIS e COFINS	7.524	-	6.380	-
ICMS	497	-	1.227	-
Outros	109	-	2.969	-
	<b>22.112</b>	<b>-</b>	<b>16.269</b>	<b>-</b>
<b>ATIVO DE IMPOSTO DIFERIDO</b>				
Diferenças temporárias	-	(10.811)	-	(10.737)
Benefício fiscal	-	(47.414)	-	(51.293)
<b>PASSIVO DE IMPOSTO DIFERIDO</b>				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	532.983	-	562.615
<b>PASSIVO DE IMPOSTO DIFERIDO (LÍQUIDO)</b>	<b>-</b>	<b>474.758</b>	<b>-</b>	<b>500.585</b>

### a) Benefício fiscal – Ágio incorporado

	30/09/2011		31/12/2010	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(165.941)	109.517	(56.424)	(52.545)
<b>Saldos no final do período</b>	<b>139.465</b>	<b>(92.051)</b>	<b>47.414</b>	<b>51.293</b>

	30/09/2011	30/09/2010
Amortização do ágio	(11.411)	(12.003)
Reversão da provisão	7.531	7.922
Benefício fiscal	3.880	4.081
<b>Efeito líquido no período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	2011	2012	2013	2014	2015	Total
					em diante	
Realização estimada	1.293	4.926	4.676	4.334	32.185	47.414

## b) Demonstrações da apuração do imposto de renda e contribuição social

	30/09/2011		30/09/2010	
	Imposto Renda	Contrib. Social	Imposto Renda	Contrib. Social
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	264.895	264.895	195.178	195.178
Ajustes decorrentes do RTT	83.723	83.723	88.259	88.259
Lucro antes do IRPJ e CSLL e após ajuste do RTT	348.618	348.618	283.437	283.437
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>87.137</b>	<b>31.376</b>	<b>70.841</b>	<b>25.509</b>
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Amortização encargo credor Inflacionário	(7.329)	661	(7.329)	661
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.237	1.237	4.894	4.894
Benefício fiscal - ágio incorporado (Res. Aneel nº 02/2002)	(11.411)	(11.411)	(12.003)	(12.003)
Despesas indedutíveis	8.077	6.975	4.755	3.524
Outros	(1.134)	(1.017)	(5.236)	(5.114)
<b>Base de cálculo tributável</b>	<b>338.058</b>	<b>345.063</b>	<b>268.518</b>	<b>275.399</b>
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>84.496</b>	<b>31.056</b>	<b>67.112</b>	<b>24.786</b>
Incentivos fiscais				
Lei Rouanet, Fundo da Criança e Lei de Incentivo ao Esporte	(1.148)	-	(1.226)	-
Ajustes de IRPJ e CSLL de anos anteriores	-	-	(207)	(33)
<b>Total IRPJ e CSLL correntes com efeito no resultado</b>	<b>83.348</b>	<b>31.056</b>	<b>65.679</b>	<b>24.753</b>
Movimentação das diferenças temporárias no resultado	(72.333)	(72.333)	(73.823)	(73.823)
Utilização de base negativa	-	-	-	-
<b>Base de cálculo tributável das diferenças temporárias no resultado</b>	<b>(72.333)</b>	<b>(72.333)</b>	<b>(73.823)</b>	<b>(73.823)</b>
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL diferidos com efeito no resultado</b>	<b>(18.084)</b>	<b>(6.509)</b>	<b>(18.454)</b>	<b>(6.644)</b>
Movimentação das diferenças temporárias no patrimônio líquido	(3.629)	(3.629)	-	-
<b>Base de cálculo tributável</b>	<b>(3.629)</b>	<b>(3.629)</b>	-	-
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL diferidos com efeito no patrimônio líquido</b>	<b>(907)</b>	<b>(327)</b>	-	-

Os comentários em relação a esses impostos, taxas e contribuições, podem ser lidos na Nota 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2011	31/12/2010
Ambiental	2.706	2.562
Fiscal	7.331	1.790
Fiscal - Cide	574	546
	<b>10.611</b>	<b>4.898</b>

Em agosto de 2011, foi efetuado depósito judicial no valor de R\$ 5.380 referente mandado de segurança impetrado pela Companhia em 2004 para garantia do juízo e suspensão da exigibilidade do débito fiscal relativo à multa de mora de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IOF. A Companhia, apoiada em parecer de assessores legais, entende que a multa de mora não é devida a partir de denúncia espontânea, conforme previsto no artigo 138 do Código Tributário Nacional e, assim, nenhum passivo foi contabilizado em relação a essa discussão. As demais variações no período devem-se à atualização monetária dos depósitos judiciais.

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as contingências passivas prováveis (vide Nota 16). Maiores detalhes e os objetivos destes depósitos encontram-se descritos na Nota 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 9. ATIVO IMOBILIZADO

### a) Composição

	Custo	Depreciação Acumulada	30/09/2011	31/12/2010	Taxas de
			Valor Líquido	Valor Líquido	Depreciação/ Amortização
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	210.997	-	210.997	210.997	-
Reservatórios, barragens e adutoras	3.502.855	(436.248)	3.066.607	3.177.713	3,7%
Edificações, obras civis e benfeitorias	469.440	(101.202)	368.238	388.427	3,7%
Máquinas e equipamentos	695.871	(109.968)	585.903	617.840	5,5%
Veículos	4.033	(1.897)	2.136	2.652	33,3%
Móveis e utensílios	6.447	(1.843)	4.604	3.623	14,2%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	<b>4.688.968</b>	<b>(651.158)</b>	<b>4.037.810</b>	<b>4.200.577</b>	
<b>Em curso</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	76	-	76	17	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	36	
Máquinas e equipamentos	16.390	-	16.390	13.840	
Móveis e utensílios	127	-	127	1.299	
	<b>16.593</b>	<b>-</b>	<b>16.593</b>	<b>15.192</b>	
Terrenos	4.249	-	4.249	4.067	
Veículos	793	-	793	-	
	<b>4.710.603</b>	<b>(651.158)</b>	<b>4.059.445</b>	<b>4.219.836</b>	
(-) Obrigações vinculadas à concessão (vide Nota 17)	(7.245)	172	(7.073)	(6.646)	
	<b>4.703.358</b>	<b>(650.986)</b>	<b>4.052.372</b>	<b>4.213.190</b>	

### b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2010	Adições	Deprec.	Baixas	Reclassif. e transf.	Valor líquido em 30/09/2011
Terrenos	215.064	182	-	-	-	215.246
Reservatórios, barragens e adutoras	3.177.730	76	(119.038)	-	7.915	3.066.683
Edificações, obras civis e benfeitorias	388.463	210	(20.392)	(49)	6	368.238
Máquinas e equipamentos	631.680	9.030	(29.445)	(952)	(8.020)	602.293
Veículos	2.652	1.055	(641)	(137)	-	2.929
Móveis e utensílios	4.922	436	(596)	(130)	99	4.731
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	<b>4.219.836</b>	<b>10.989</b>	<b>(170.112)</b>	<b>(1.268)</b>	<b>-</b>	<b>4.059.445</b>
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(6.646)	(480)	53	-	-	(7.073)
	<b>4.213.190</b>	<b>10.509</b>	<b>(170.059)</b>	<b>(1.268)</b>	<b>-</b>	<b>4.052.372</b>

### c) Contratos de Concessão

Concessões em 30/09/2011									
Contrato de Concessão	ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Potência Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999		Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101	47	22/09/1999	21/09/2029
76/1999		Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414	172	22/09/1999	21/09/2029
76/1999		Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73	55	22/09/1999	21/09/2029
76/1999		Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	619	330	22/09/1999	21/09/2029
76/1999		Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525	201	22/09/1999	21/09/2029
76/1999		Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354	177	22/09/1999	21/09/2029
183/1998		Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	83	57	30/07/1998	29/07/2033
183/1998		Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72	48	30/07/1998	29/07/2033
						<b>2.241</b>	<b>1.087</b>		

As notas explicativas 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010 descrevem informações relacionadas ao imobilizado. Mais especificamente, essas notas tratam, respectivamente, da adoção do custo atribuído, das taxas de depreciação utilizadas, dos bens vinculados à concessão e dos contratos de concessão. Essas informações permanecem válidas para as presentes Informações Trimestrais – ITR.

Com relação aos contratos de concessão, em agosto de 2011, foi assinado aditivo de contrato que tem como objeto a regularização da capacidade instalada das usinas hidrelétricas Capivara, Jurumirim, Taquaruçu, Rosana e Salto Grande com a consequente adequação do anexo 01 do Contrato de Concessão nº 76/1999. Desta forma, a capacidade instalada passou de 2.307 MW para 2.241 MW.

### **9.1. Expansão 15%**

A Companhia, por meio do Edital de Privatização nº SF/001/99 do Estado de São Paulo, comprometeu-se, no prazo máximo de oito anos (a contar de setembro de 1999), e respeitadas as restrições regulamentares, a: (i) aumentar a sua capacidade instalada no Estado de São Paulo em 15%; ou (ii) contratar esse mesmo montante de energia proveniente de novos empreendimentos construídos no referido Estado, por prazo superior a cinco anos. Apesar dos esforços da Companhia, não foi possível cumprir com tais obrigações, seja por razões regulatórias supervenientes à assinatura do Contrato de Concessão nº 76/1999, ou impossibilidade técnica e física de expansão da capacidade de geração no Estado de São Paulo.

A Companhia está envolvida em tratativas com a Aneel, com o Governo de São Paulo e com o Ministério Público Federal a respeito do assunto desde 2004.

De acordo com o Despacho nº 3.168/2008, a Aneel concordou em não incluir cláusula de prorrogação do prazo de cumprimento da obrigação de expansão no Contrato de Concessão da Companhia, por entender que a obrigação estabelecida no edital de privatização vincula o alienante do controle societário (ou seja, o Estado de São Paulo) e não o Poder Concedente Federal. Portanto, o assunto continua em análise pela Procuradoria do Estado de São Paulo.

Em 16 de julho de 2009, a Companhia recebeu uma Notificação do Estado de São Paulo solicitando que comprovasse as providências adotadas para cumprimento da obrigação de expansão da sua capacidade instalada de geração no Estado de São Paulo em, no mínimo, 15% conforme o Edital de Privatização da Companhia e o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado com o Estado de São Paulo. Tal Notificação foi recebida pela Companhia após o Estado de São Paulo ter sido instado nos autos do Inquérito Civil n.º 535/2007 a informar as providências adotadas em face da Companhia e AES Tietê S.A. A Companhia apresentou sua resposta em 17 de julho de 2009 e já apresentou Contra Notificação contrapondo as alegações aduzidas pelo Estado de São Paulo, nos termos da Notificação Judicial, esclarecendo que desde 2000 vem envidando esforços para o cumprimento de tal obrigação e, a despeito da superveniência do Novo Modelo, continua estudando oportunidades de investimento no Estado de São Paulo. Em agosto de 2010, a Companhia tomou conhecimento de que foi determinada a prorrogação do prazo para a conclusão do referido Inquérito Civil por mais 180 dias.

Adicionalmente, a Companhia – em conjunto com a empresa AES Tietê S.A., a Aneel, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e a União Federal – figura como ré em ação popular ajuizada por Wilson Marques de Almeida e outros cidadãos, com o objetivo de aplicação das penalidades expressas nas cláusulas 9ª, 10ª e 11ª do Contrato de Concessão, baseado no descumprimento dessa obrigação de expansão da capacidade produtiva. Em 21 de setembro de 2010, foi proferida sentença extinguindo o feito sem a resolução de mérito por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Os autores apresentaram recurso de apelação contra referida sentença, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal - 3ª Região.

A Companhia informou, por meio de fato relevante divulgado em 1º de Setembro de 2011 que recebeu citação processual, no dia 31 de agosto de 2011, sobre a Ação de Obrigação de Fazer contra a Companhia, em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central, ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo (“Ação Ordinária”), com o objetivo de compelir a Companhia a cumprir a obrigação de expansão da sua capacidade instalada de geração no Estado de São Paulo, em no mínimo 15%, prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações da Companhia, assinado em 05 de agosto de 1999, firmado em decorrência do processo de privatização da Companhia (“Obrigação de Expansão”).

A Companhia informa ainda que a juíza responsável pela Ação Ordinária em questão deferiu o pedido de tutela antecipada, requerido pela Fazenda do Estado de São Paulo, determinando que a Companhia apresentasse plano de expansão para cumprimento da Obrigação de Expansão.

Nesse sentido, a Companhia está avaliando o tema com seus assessores legais e apresentou, dentro do prazo legal, contestação à Ação Ordinária e continuará cumprindo com suas obrigações e tomando as medidas que entender cabíveis relacionadas ao caso.

## 10. INTANGÍVEL

### a) Composição

			30/09/2011	31/12/2010	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Taxas de Amortização
<b>Em serviço</b>					
Utilização do Bem Público - UBP	53.494	(19.750)	33.744	35.121	3%
Software	20.746	(16.897)	3.849	5.199	20%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	<b>74.315</b>	<b>(36.647)</b>	<b>37.668</b>	<b>40.395</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	727	-	727	283	
	<b>75.042</b>	<b>(36.647)</b>	<b>38.395</b>	<b>40.678</b>	

### b) Movimentação intangível

	Valor Líquido em 31/12/2010	Adições	Amortiz.	Valor Líquido em 30/09/2011
Utilização do Bem Público - UBP	35.121	-	(1.377)	33.744
Software	5.482	764	(1.670)	4.576
Servidão de passagem	75	-	-	75
	<b>40.678</b>	<b>764</b>	<b>(3.047)</b>	<b>38.395</b>

## 11. FORNECEDORES E ENCARGOS DE USO DA REDE – TUSD-G

	30/09/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Suprimento de energia elétrica	91	-	7	-
Materiais e serviços	4.297	-	4.374	-
Encargos de uso da rede elétrica				
Tust	7.560	-	6.677	-
Encargos de conexão	16	-	14	-
	<b>11.964</b>	<b>-</b>	<b>11.072</b>	<b>-</b>
Tusd-g	55.537	-	23.353	44.488
(-) Depósito judicial ref. Tusd-g	(36.629)	-	-	(21.871)
	<b>18.908</b>	<b>-</b>	<b>23.353</b>	<b>22.617</b>
	<b>30.872</b>	<b>-</b>	<b>34.425</b>	<b>22.617</b>

Vide Nota 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010 para informações sobre a Tusd-g, que permanecem válidas para 30 de setembro de 2011.

## 12. PARTES RELACIONADAS

### 12.1. Transações e saldos

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a empresa ligada DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda. O valor estimado deste contrato para o ano de 2011 é de R\$ 3.413, cujo saldo a receber em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 310 (R\$ 212 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia é reembolsada em pequenas despesas pela controladora Duke Energy International, Brasil Ltda. cujo saldo a receber em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 7 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2010).

Nas circunstâncias em que clientes da Companhia necessitam de garantias em operações comerciais, a Duke Energy International, Brasil Ltda. fornece essas garantias em nome da Companhia, cujo montante em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 58.456 (R\$ 45.877 em 31 de dezembro de 2010). As demais transações relevantes com Partes Relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos e ao resultado de equivalência patrimonial.

Além disso, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de setembro de 2011, resultou aprovada proposta da Diretoria da Companhia quanto à assinatura de Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Uso de Bens Imóveis a Título Oneroso, relativo aos imóveis não vinculados à concessão da Companhia, localizados no Município de Pederneiras, Estado de São Paulo, com outra empresa do seu grupo econômico, denominada Duke Energy International Brasil Commercial, Ltda. ou “Duke Commercial”, subsidiária da Duke Energy International, Brasil Ltda. ou “Duke Brasil”, acionista controladora da Companhia, que tem por objeto a participação em licitações e/ou leilões realizados no âmbito do setor elétrico, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações. A Companhia possui os imóveis, não vinculados à sua concessão, que atualmente não estão sendo utilizados e estão onerando a Companhia. Adicionalmente, a Duke Commercial poderá vir a desenvolver projeto nos citados imóveis, dentro dos princípios do citado acordo e a cessão de uso dos citados imóveis não compromete as atividades desenvolvidas pela Companhia. O prazo de vigência do contrato é de 24 meses, findo o prazo de vigência, terá prorrogação automática para igual período, e assim sucessivamente, quando em comum acordo entre as partes. A Duke Commercial pagará à Companhia, desde que a Duke Commercial seja vencedora do Leilão, a remuneração mensal de R\$ 18, corrigida anualmente pela variação positiva do IPCA.

A celebração de tal instrumento pela Companhia e a Duke Commercial está de acordo com os termos da Resolução Normativa da Aneel nº 334, de 21 de outubro de 2008 (vide Nota 27.2).

## 12.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Foi aprovada em AGO, realizada em 29 de abril de 2011, o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 9.750 para 2011, sendo distribuído da seguinte forma: (i) R\$ 3.000 para o Conselho de Administração; (ii) R\$ 6.000 para a Diretoria e (iii) R\$ 750 para o Conselho Fiscal.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da administração:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	3.966	4.372
Benefícios pós-emprego	122	113
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	-	935
	<u>4.088</u>	<u>5.420</u>
Remuneração baseada em ações	197	-
	<u>4.285</u>	<u>5.420</u>

No ano de 2010, a Companhia desembolsou R\$ 421 com o Programa de Incentivo à aposentadoria – PIA para um dos membros da Administração.

Alguns administradores da Companhia são elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), estabelecido pela Duke Energy Corporation e composto por ações da controladora indireta (a Companhia não possui plano local envolvendo suas ações).

No ano de 2011, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao plano de pagamento baseado em ações da controladora o montante de R\$ 197. (Vide comentários adicionais na Nota 20.6 das Demonstrações Financeiras anuais do exercício de 2010).

## 13. DEBÊNTURES

Vide Nota 14.1 e 14.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010 para informações mais detalhadas sobre a Primeira e Segunda emissão de Debêntures, que não mudaram em relação ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

### a) Composição

Emissão	Série	Principal + Encargos em			
		30/09/2011		31/12/2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª Emissão	Série 1	62.624	61.916	68.746	123.946
1ª Emissão	Série 2	359	106.397	3.185	101.381
2ª Emissão	Única	8.417	543.527	19.151	520.777
		<u>71.400</u>	<u>711.840</u>	<u>91.082</u>	<u>746.104</u>

### b) Vencimento

	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>Total</u>
Não circulante	278.167	216.575	217.098	711.840

#### 14. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante	3.983	4.718
Não circulante	8.156	9.398
	<u><b>12.139</b></u>	<u><b>14.116</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

#### 15. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais, tampouco houve variações em relação aos valores justos dos planos ou, ainda, em relação ao superávit existente.

Vide Nota 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010 que descrevem as situações dos planos e as premissas utilizadas para o cálculo atuarial.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no trimestre findo em:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Custo do serviço corrente	589	441
Juros sobre obrigação atuarial	3.623	3.302
Rendimento esperado do ativo do plano	(5.134)	(3.884)
Contribuições dos empregados	(161)	(154)
	<u><b>(1.083)</b></u>	<u><b>(295)</b></u>

#### 16. CONTINGÊNCIAS LÍQUIDAS

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, efetua provisões em valores considerados suficientes para cobrir as perdas e obrigações em potencial, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórias.

Os depósitos judiciais apresentados de forma líquida referem-se somente aos depósitos com contingência passiva provisionada, sendo que os demais depósitos são demonstrados em nota específica (vide Nota 8).

##### a) Composição

Processos	Expectativa de perda				<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
		Valor atualizado	Provisão	Depósito judicial	Contingência líquida	Contingência líquida
Trabalhistas	Provável	6.911	6.911	1.678	5.233	3.857
Trabalhistas	Possível	9.456	-	-	-	-
Fiscais	Provável	9.468	9.468	-	9.468	2.301
Fiscais	Possível	40.033	-	-	-	-
Ambientais	Provável	2.767	2.767	-	2.767	1.970
Ambientais	Possível	27.345	-	-	-	-
Regulatórias	Possível	15.944	-	-	-	-
		<u><b>111.924</b></u>	<u><b>19.146</b></u>	<u><b>1.678</b></u>	<u><b>17.468</b></u>	<u><b>8.128</b></u>

## b) Movimentação

	<u>Trabalhista</u>	<u>Fiscal</u>	<u>Ambiental</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>6.918</b>	<b>2.301</b>	<b>1.970</b>	<b>11.189</b>
Provisão e atualização	3.098	7.167	962	11.227
Baixa e reversão	(3.105)	-	(165)	(3.270)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>6.911</b>	<b>9.468</b>	<b>2.767</b>	<b>19.146</b>

### 16.1. Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo horas extras, periculosidade, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outras.

As baixas do período referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e as constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia.

### 16.2. Fiscais

Em 30 de setembro de 2011, as provisões referentes às contingências fiscais com expectativa de perda provável são referentes:

- Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal (Finam) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. A Companhia protocolou o processo administrativo nº 11831.000528/02-92 junto à Receita Federal, que julgou procedente os recolhimentos dos meses de janeiro e fevereiro, permanecendo provisionado o montante relativo a março de 2000 no montante de R\$ 2.372;
- Processo administrativo nº 10880.723970/2001-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentada Manifestação de Inconformidade em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que, atualizados para setembro de 2011, totalizam R\$ 7.096 (montante provisionado).

### 16.3. Ambientais

Em 30 de setembro de 2011, as provisões referentes às contingências ambientais com expectativa de perda provável são referentes:

- Ações para compensação de impactos ambientais movidas pelos municípios de Santo Inacio no montante de R\$ 2.233;
- Ações movidas por pescadores referentes a danos ambientais no montante de R\$ 340 e;
- Contingência para compensação de impactos ambientais referente a terreno localizado no município de Pederneiras no montante de R\$ 194.

## 17. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reserva Global de Reversão - RGR	4.947	4.947
Doações de equipamentos - ONS	1.646	1.690
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	480	9
(vide Nota 9)	<u>7.073</u>	<u>6.646</u>

Vide comentários adicionais na Nota 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 18. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>30/09/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	9.040	-	8.849	-
Taxa de fiscalização da Aneel	358	-	338	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	5.221	13.305	6.359	10.852
Juros sobre reserva global de reversão - RGR	-	-	12	-
	<u>14.619</u>	<u>13.305</u>	<u>15.558</u>	<u>10.852</u>

Vide comentários adicionais na Nota 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 19.1. Capital Social

A redução de capital, aprovada em AGE de 11 de novembro de 2010, foi paga aos acionistas da Companhia em 24 de janeiro de 2011, após aprovação da Aneel, ocorrido em 12 de agosto de 2010 e transcorrido o prazo de 60 dias (sessenta dias) de oposição de credores, previsto no parágrafo 2º do art. 174 da Lei nº 6.404/1976, sem a incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de deliberação da AGE e o efetivo crédito aos acionistas.

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.639.138, dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhetas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

Acionistas	Posição Acionária em 30/09/2011 em milhares de ações					
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Duke Energy Internat. Brasil Ltda.	31.181	99,06	57.605	91,50	88.786	94,02
Duke Energy Internat. Brazil Holdings Ltd.	-	-	735	1,17	735	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	-	-	1.324	2,10	1.324	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297	0,94	3.291	5,23	3.588	3,80
	<u>31.478</u>	<u>100,00</u>	<u>62.955</u>	<u>100,00</u>	<u>94.433</u>	<u>100,00</u>

Vide comentários adicionais na Nota 20.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

### 19.2. Reservas de Capital

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta Cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.442	1.245
	<u><b>99.330</b></u>	<u><b>99.133</b></u>

Vide comentários adicionais na Nota 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

### 19.3. Reservas de Lucros

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reserva legal	57.800	57.800
Reserva estatutária	-	5.601
	<u><b>57.800</b></u>	<u><b>63.401</b></u>

A Reserva Legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social da Companhia, nos moldes do Art. 193 da Lei nº 6.404/1976. A Reserva Estatutária refere-se ao valor oriundo da cisão da CESP. A AGO/E do dia 29 de abril de 2000 alterou o Estatuto Social da Companhia e deliberou pela eliminação da obrigatoriedade de constituir essa reserva a partir daquela data.

Conforme aprovada em AGO de 29/04/2011, a Companhia distribuiu em 30 de maio de 2011 o montante constante da reserva de lucros da Companhia no valor de R\$ 5.601, alocados às ações preferenciais e ordinárias à razão de R\$ 0,059316900 por ação, em cumprimento ao disposto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

### 19.4. Dividendos

#### Composição de Dividendos e JSCP a pagar

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dividendos em custódia	762	469
Juros sobre capital próprio a pagar	11	16.039
Dividendos propostos	-	119.911
	<u><b>773</b></u>	<u><b>136.419</b></u>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano far-se-á semestralmente, em Assembleia Geral, ou em períodos inferiores, caso o Conselho de Administração delibere a distribuição de dividendos trimestrais ou intermediários. Caberá à Assembleia Geral deliberar, até 31 de outubro de cada ano, sobre a distribuição de dividendos baseados nos resultados apurados no balanço semestral de 30 de junho, conforme estipulado no Estatuto Social, respeitado o disposto no parágrafo 3º do Art. 205 da Lei nº 6.404/1976.

Em consonância com o ICPC 10 (Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), parágrafo 28, a Companhia optou por distribuir os dividendos com base no lucro líquido apurado antes dos impactos da adoção do CPC 27 (Ativo Imobilizado), por conta do aumento da despesa de depreciação no período.

O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos trimestrais, com base em balanço especial levantado para esse fim, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre civil não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do Art. 182 da Lei nº 6.404/1976.

Mediante deliberação do Conselho de Administração, poderão ser declarados dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral já aprovado pela Assembleia Geral.

Antes da distribuição dos dividendos serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Após a dedução para a reserva legal, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem:

- i. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações;
- ii. dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; e
- iii. distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

#### 19.5. Pagamento baseado em ações

Em 2011, a Duke Energy Corporation remunerou os executivos elegíveis em R\$ 197, referente ao pagamento baseado em ações que a Companhia reconheceu como despesa em seu resultado em contrapartida de reservas de capital, em consonância com o CPC 10 (R1) (Pagamento baseado em ações) (vide Nota 12.2).

<b>Em quantidade de ações</b>	
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>56.504</b>
Concedidas	7.315
Exercidas	(13.169)
Vencidas / Canceladas	(6.146)
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>44.504</b>
Exercidas	(6.751)
Vencidas / Canceladas	(30.324)
<b>Saldo em 30/09/2011</b>	<b>7.430</b>

Vide comentários adicionais na Nota 20.6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 19.6. Lucros Acumulados

Além do lucro líquido do período, a rubrica Lucros Acumulados apresenta movimentação em decorrência da realização do custo atribuído ao imobilizado, em consonância com o ICPC 10, além dos impostos diferidos incidentes sobre o mesmo, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro do Período	175.084	-
Depreciação (custo atribuído)	83.101	-
Baixas (custo atribuído)	424	-
IRPJ e CSLL diferidos sobre ajustes acima	<u>(28.399)</u>	-
	<u><b>230.210</b></u>	<u><b>-</b></u>

O lucro do período reduzido em 5% referente à reserva legal e acrescido dos ajustes mencionados anteriormente, são base para apuração da distribuição de dividendos.

## 20. RECEITA BRUTA

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	470.700	404.717
Contratos de leilões	276.670	261.837
Spot	26.546	25.273
MRE	5.677	20.691
Outras receitas	<u>35</u>	<u>35</u>
	<u><b>779.628</b></u>	<u><b>712.553</b></u>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
PIS e COFINS	(64.998)	(56.006)
ICMS	(6.638)	(13.665)
P&D	<u>(6.650)</u>	<u>(6.365)</u>
	<u>(78.286)</u>	<u>(76.036)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><b>701.342</b></u>	<u><b>636.517</b></u>

## 21. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA E COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 21.1. Energia Elétrica Vendida

Suprimento	<u>30/09/2011</u>		<u>30/09/2010</u>	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	3.440.020	470.700	3.357.651	404.717
Contratos de leilões	3.059.643	276.670	3.049.917	261.837
Spot	1.134.726	26.546	929.764	25.273
MRE	637.278	5.677	2.439.498	20.691
	<u><b>8.271.667</b></u>	<u><b>779.593</b></u>	<u><b>9.776.830</b></u>	<u><b>712.518</b></u>

	MW	
	2011	2012
<b>Energia disponível para venda</b>	1.010	1.030
<b>ACR</b>	<b>475</b>	<b>473</b>
2005 (8 anos)	200	200
2006 (8 anos)	55	55
2007 (8 anos)	218	218
2011(3 meses)	2	-
<b>ACL</b>	<b>529</b>	<b>539</b>
Contratos bilaterais com consumidores livres	529	539
<b>Subtotal</b>	<b>1.004</b>	<b>1.012</b>
Energia livre para contratação	6	18
Percentual de energia contratada	99%	98%

Vide comentários adicionais na Nota 23.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 21.2. Energia Elétrica Comprada para Revenda

	30/09/2011		30/09/2010	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Energia comprada	-	-	13.460	331
Energia comprada - Spot	-	687	27.300	3.671
Energia comprada - MRE	63.168	570	-	-
	<b>63.168</b>	<b>1.257</b>	<b>40.760</b>	<b>4.002</b>

Durante o segundo e terceiro trimestres de 2011, foi registrado o montante de R\$ 687 referente ao processo de recontabilização promovido pela CCEE, demonstrado acima na rubrica Energia comprada - Spot, para o qual os volumes de energia correspondentes não são discriminados.

## 21.3. Encargos de Uso da Rede

	30/09/2011	30/09/2010
Tust	47.560	47.127
Tusd-g	9.335	8.910
Encargos de conexão	100	91
	<b>56.995</b>	<b>56.128</b>

Vide comentários adicionais na Nota 23.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

			<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
	<u>Custo de bens e serviços vendidos</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	23.000	17.571	40.571	41.820
Material	2.510	128	2.638	2.536
Serviços de terceiros	13.737	11.402	25.139	23.748
Taxa de fiscalização da Aneel	3.223	-	3.223	3.038
Energia comprada para revenda	1.257	-	1.257	4.002
Encargos de uso da rede elétrica	56.995	-	56.995	56.128
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	38.500	-	38.500	43.740
Depreciação e amortização	171.244	1.862	173.106	176.422
Provisão para contingências	2.375	7.841	10.216	367
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	2.907	2.907	6.155
Aluguéis	5	2.392	2.397	2.198
Seguros	1.927	-	1.927	2.348
Outras receitas/despesas operacionais	628	5.793	6.421	7.009
	<b><u>315.401</u></b>	<b><u>49.896</u></b>	<b><u>365.297</u></b>	<b><u>369.511</u></b>

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Receitas</b>		
Aplicações financeiras	22.578	30.832
Receitas e custos plano de pensão	3.247	885
Outras variações monetárias	2.632	983
Juros sobre RTE	444	575
Juros e descontos obtidos	1.520	3.415
	<b><u>30.421</u></b>	<b><u>36.690</u></b>
<b>Despesas</b>		
Juros Eletrobrás	-	(25.794)
Juros Debêntures	(65.777)	(39.376)
Variação monetária - Eletrobrás	-	(25.453)
Variação monetária - TUSD-g	(5.086)	(5.155)
Variação monetária - Debêntures	(27.632)	(10.601)
Outras variações monetárias	(1.708)	(1.184)
Despesas financeiras CCEE	(148)	(109)
Outras despesas financeiras	(1.220)	(846)
	<b><u>(101.571)</u></b>	<b><u>(108.518)</u></b>
	<b><u>(71.150)</u></b>	<b><u>(71.828)</u></b>

## 24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	116.723	86.563
Lucro disponível aos acionistas ordinários	58.361	43.281
	<u>175.084</u>	<u>129.844</u>
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de número de ações preferenciais	62.955	62.179
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.478	32.254
	<u>94.433</u>	<u>94.433</u>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Ação preferencial	<b>1,85407</b>	<b>1,39216</b>
Ação ordinária	<b>1,85404</b>	<b>1,34188</b>

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao da privatização da Companhia, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na Nota 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

### Instrumentos financeiros no balanço patrimonial:

a) Aplicações no mercado aberto em renda fixa, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, realizáveis por prazos inferiores a 90 dias e que estão reconhecidas contabilmente pelo valor de rentabilidade ofertado no mercado.

b) Debêntures (vide Nota 13).

	<u>30/09/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor a Mercado</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor a Mercado</u>
Debêntures	783.240	911.657	837.186	943.432

A Companhia não realizou operações com derivativos nestes períodos, assim como não possui operações com derivativos na data destas demonstrações contábeis. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não possuir saldo em moeda estrangeira nesta data.

## 26. SEGUROS

Descrição	Cobertura em milhares de reais	
	30/09/2011	31/12/2010
Danos Materiais e Lucros Cessantes	825.500	867.135
Responsabilidade Civil (Concessionária)	8.255	8.331

Vide comentários adicionais na Nota 27 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 27.1. Dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de outubro de 2011, resultou aprovada proposta da Administração da Companhia quanto à declaração de dividendos intermediários no montante global de R\$ 144.286, a ser debitado integralmente à conta de lucro líquido do exercício, e alocado às ações preferenciais à razão de R\$ 1,735762489 por ação e às ações ordinárias à razão de R\$ 1,112205861 por ação, em cumprimento ao disposto no item (ii), do Artigo 5º, do Estatuto Social da Companhia e sendo certo ainda que o total dos dividendos aprovados na Assembléia Geral Extraordinária será pago até o dia 19 de dezembro de 2011 e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGE, e efetivo crédito aos Acionistas e deverá ser necessariamente considerado como adiantamento para fins do cômputo de aferição do dividendo prioritário fixo atribuível às ações preferenciais na Assembleia Geral Ordinária de 2012, conforme previsão estatutária e legal.

### 27.2. Terrenos em Pederneiras

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2011, resultou aprovada proposta da Diretoria da Companhia quanto à assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Uso de Bens Imóveis a Título Oneroso, relativo aos imóveis não vinculados à concessão da Companhia, localizados no Município de Pederneiras, Estado de São Paulo, com outra empresa do seu grupo econômico, denominada Duke Energy International Brasil Commercial, Ltda. ou "Duke Commercial", subsidiária da Duke Energy International, Brasil Ltda. ou "Duke Brasil", acionista controladora da Companhia, que tem por objeto a participação em licitações e/ou leilões realizados no âmbito do setor elétrico, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações. Referido Primeiro Termo Aditivo tem por finalidade alterar a data de realização do Leilão de Compra de energia proveniente de Novos Empreendimentos de Geração "Leilão", a ser promovido pela Aneel, constante da Cláusula III. "Da Condição Suspensiva para Início da Vigência do Contrato de Cessão de Uso", para primeiro semestre de 2012, tendo em vista a não participação da Duke Commercial no Leilão que será realizado no segundo semestre de 2011, bem como ratificar os demais termos e condições do instrumento.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

Jairo de Campos  
Presidente

Andréa Elizabeth Bertone  
Membro Efetivo

Elizabeth C DeLaRosa  
Membro Efetivo

Maurício Lofuto Maudonnet  
Membro Efetivo

Autair Carrer  
Membro Efetivo

Ana Amélia de Conti Gomes  
Membro Suplente

Marco Antonio Leão  
Membro Suplente

### Diretoria Executiva

Armando de Azevedo Henriques  
Diretor Executivo Presidente

Angela Aparecida Seixas  
Diretora Executiva Financeira e de  
Controles Internos e Diretora de  
Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa  
Diretor Executivo de Operações

César Teodoro  
Diretor Executivo de Meio Ambiente,  
Saúde e Segurança

Jairo de Campos  
Diretor Executivo de Recursos Humanos,  
Administração, Compras e Informática

### Conselho Fiscal

Jarbas T. Barsanti Ribeiro  
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti  
Conselheiro Efetivo

François Moreau  
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington  
Conselheiro Suplente

Edmundo Falcão Koblitz  
Conselheiro Suplente

Marcello Joaquim Pacheco  
Conselheiro Suplente

Jacqueline Ribeiro  
Gerente Geral de Controladoria

Claudio Herrans  
Contador - CRC 1SP200641/O-5